



Barueri, 24 de março de 2026

Ao

Banco Central do Brasil - BACEN

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro - DESIG

Setor Bancário Sul (SBS)

Quadra 3 Bloco B – ED. Sede

Brasília - DF

Cep: 70074-900

Ref.: **Carta de Apresentação – Demonstrações Financeiras**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 236, a **Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A.**, vem, pela presente, informar o que segue:

(i) **Relação de informações financeiras a que se refere esta remessa:** data-base de 31 de dezembro de 2025, Demonstrações Financeiras da ÓTIMO SCD S.A. Em anexo a este documento, encontram-se:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas;
- Relatório da Auditoria Independente.

(ii) **Divulgação**

As demonstrações financeiras da ÓTIMO Sociedade de Crédito Direto S/A, do período base de 31 de dezembro de 2025, foram divulgadas no sítio da instituição, vide link abaixo:

<https://www.otimoscd.com.br/demonstracoes-financeiras-anuais-2025>

(iii) **Termo declaratório da alta administração quanto à responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo:** A alta administração da ÓTIMO SCD neste ato representada pelo Diretor Presidente na forma de seu Estatuto Social, assume, para os devidos fins, a responsabilidade pelas informações contidas nas Demonstrações Financeiras.

Sendo o que nos cabia para o momento, colocamo-nos à disposição para prestar eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos prezados acionistas as demonstrações contábeis da ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, sem comparação ao mesmo período do ano anterior, conforme opção de isenção facultada pela Resolução BCB nº 652/23 de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, e acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em cumprimento às normas vigentes.

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico que exigiu prudência e discernimento na condução dos negócios, com reflexos sobre os mercados financeiro e cambial. Nesse cenário, mantivemos nossa postura criteriosa na gestão de riscos e de capital, preservando a solidez operacional e a geração de valor para todas as partes relacionadas.

No decorrer do exercício, deliberamos pelo encerramento de nossa participação no arranjo Pix, concretizado em 1º de julho de 2025. Essa decisão refletiu uma avaliação criteriosa dos crescentes desafios regulatórios e de segurança cibernética que afetaram de forma ampla todos os participantes do arranjo, exigindo investimentos contínuos e adaptações operacionais de elevada complexidade. Diante desse cenário, optamos por direcionar nossos esforços e recursos para o reposicionamento tecnológico da instituição, priorizando soluções mais aderentes ao nosso modelo de negócios e ao perfil de risco que nos orienta.

Esse reposicionamento tecnológico representa um passo estratégico relevante, por meio do qual avançamos, de forma responsável e planejada, na incorporação de novas tecnologias e de recursos de inteligência artificial em nossos produtos e serviços. O objetivo é aprimorar continuamente a qualidade do atendimento, a eficiência dos processos e a segurança das operações, sempre observando os mais elevados padrões de conformidade e governança.

Como empresa socialmente responsável, renovamos nosso compromisso em oferecer produtos e serviços pautados pelos princípios de ética, segurança e credibilidade que orientam nossa atuação há anos.



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em Milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>NOTA</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>NOTA</u>	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades	4	43	<u>Passivos Financeiros</u>		160
<u>Ativos Financeiros</u>		5.999	<u>Ao Custo Amortizado</u>		160
			Depósitos	6	160
Ao Valor Justo Por meio de Outros Resultado Abrangentes		5.999	Obrigações Fiscais Correntes	7	17
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	179	Outros Passivos	7	49
Títulos e Valores Mobiliários	5	5.820			
			<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	9	<u>5.817</u>
<u>Outros Ativos</u>		1	Capital Social		5.000
Relações Interfinanceiras		1	Reserva de Lucros		358
			Outros Resultados Abrangentes		459
<u>TOTAL</u>		<u>6.043</u>	<u>TOTAL</u>		<u>6.043</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0

ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em Milhares de Reais)

	NOTA	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Receitas de Intermediações Financeiras			
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	10	237	482
Resultado Bruto da Intermediação Financeira			
Outras Receitas Operacionais	11	90	375
Despesas Administrativas	12	-210	-545
Despesas Tributárias		-15	-42
Ajustes Patrimoniais		0	0
Resultado das Receitas e Despesas Operacionais			
		-135	-212
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro			
Imposto de Renda		-2	-11
Contribuição Social		-1	-7
Lucro (Prejuízo) do Semestre e Exercício			
		99	252
NÚMERO DE AÇÕES		20.000	20.000
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		0,4950	1,2600

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC: 1SP153630/O0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 de DEZEMBRO DE 2025
(Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre	99	251
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	130	200
(+/-) Ajuste de Avaliação Patrimonial	130	203
(+/-) Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros		-3
(=) Resultado Abrangente do Período	229	451

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas		Outros Resultados Abrangentes	Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAL
		Legal	de Lucros			
Saldo em 30 de Junho de 2025	5.000	20	327	329	-	5.676
Reserva Legal	-	5	-	-	5	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-
JCP Creditado Antecipadamente	-	-	-	-	88	- 88
Ajuste a Valor de Mercado – TVM	-	-	-	130	-	130
Reservas Especiais de Lucros	-	-	6	-	6	-
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre	-	-	-	-	99	99
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	5.000	25	333	459	-	5.817
MUTAÇÕES DO 2º SEMESTRE DE 2025	-	5	6	130	-	141
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.000	17	277	259	-	5.553
Reserva Legal	-	8	-	-	8	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-
JCP Creditado Antecipadamente	-	-	-	-	188	- 188
Ajuste a Valor de Mercado – TVM	-	-	-	200	-	200
Reservas Especiais de Lucros	-	-	56	-	56	-
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre	-	-	-	-	252	252
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	5.000	25	333	459	-	5.817
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2025	-	8	56	200	-	264

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0

ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO SA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2025	Acumulad 2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Semestre	99	252
VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS		
Aumento/ Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	-597	-999
Aumento/ Redução de Relações Interfinanceiras	0	63
Aumento/ Redução de Operações de Crédito	415	487
Aumento/ Redução de Outros Créditos	33	0
Aumento/ Redução em Depósitos	27	-2
Aumento/ Redução de Obrigações Diversas	48	-3
Ajuste Avaliação Patrimonial	130	200
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	155	-2
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros Sobre o Capital Próprio	-88	-188
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-88	-188
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	67	-190
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	155	567
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	222	377
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	67	-190

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ÓTIMO Sociedade de Crédito Direto S.A., tem como o principal objetivo realizações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica; análise e cobrança de crédito para terceiros e emissão de moeda eletrônica. A ÓTIMO Sociedade de Crédito Direto S.A., é uma sociedade anônima regida pelo Estatuto Social e disposições legais aplicáveis, com sede social e foro na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, podendo por simples decisão da Diretoria, criar ou extinguir dependências ou departamentos no País.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeira Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos, estimativas para a determinação de vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto os resultados efetivos destas estimativas e premissas podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

As demonstrações estão sendo elaboradas e apresentadas em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 onde regulamenta e consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balanço Patrimonial de provisões, depreciações, amortizações e divulgação de resultados não recorrentes. As contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade, e a abertura de segregação entre circulante e não circulante passa a ser divulgada apenas nas respectivas notas explicativas.

Essas demonstrações, estão de acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A foram elaboradas com base no pressuposto de que a instituição está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A continuar em operação.

A Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A optou pela isenção facultada pela Resolução BCB nº 352/23, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos), nas demonstrações contábeis, referentes aos períodos do ano de 2025.

A administração da Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis em 16 de março de 2026.

Os seguintes normativos entraram em vigor e entrarão em vigor em exercícios futuros:

- A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
- Resolução BCB nº 352/2023 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.
- A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
- Em novembro de 2024, o BACEN divulgou as instruções normativas nº 537 a 543 que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a ÓTIMO adaptou seu plano de contas contábeis interno, de modo a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas divulgadas por tais instruções.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis foram:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional, com o objetivo de gerenciar os compromissos de curto prazo;
- **Apuração do Resultado:** as receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
- **Instrumentos Financeiros:** Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Ótimo se torna parte interessada na relação contratual do instrumento.

A Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 e demais normativos vinculados, estabeleceram os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas Instituições financeiras, a partir de 1º de Janeiro de 2025

Classificação de ativos financeiros:

A ÓTIMO classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo através do resultado.

- Custo amortizado: É valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, considerando: (i) O objetivo do modelo de negócios é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; (ii) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. (iii) As receitas são reconhecidas no resultado utilizando-se o método de juros efetivos;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através de outros resultados abrangentes, se atender às seguintes condições:

(i) Gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e (ii) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. (iii) Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes.

- Valor justo por meio do resultado: é uma forma de mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados

- **Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** A Ótimo, utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

Provisão para Perdas Incorridas – Ativos inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 – C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta.

A provisão para perdas incorridas é estimada considerando:

- a. Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e
- b. No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito corresponde, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

Provisão Adicional

Conforme a regulamentação vigente, a Ótimo constitui (quando houver) a provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 – C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

- a. Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;
- b. Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e
- c. Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).

Provisão para Perda Esperada

O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da instituição, tomando como base o histórico de pagamentos e segmentação de clientes.

Total da provisão associada a perda de crédito

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e considera o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

A Ótimo adotou modelo interno para o cálculo de provisão para perdas esperadas com base no histórico da carteira, sendo realizada a provisão, a nível de contrato, do maior valor entre a perda esperada e a somatória das provisões para perda incorrida e provisão adicional.

A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da Ótimo detentora do instrumento e é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas.

A Ótimo não reconhece, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

- **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu custo amortizado, exceto aqueles objetos de hedge de risco de mercado que são avaliados por seu valor justo por meio do resultado
- **Passivos Contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgadas nas Notas Explicativas, e os passivos classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação, nos termos da Resolução CMN nº 3.823/09.
- **Provisão para o Imposto de Renda e CSLL:** a provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional 10% e a provisão da Contribuição Social é calculada sobre o lucro a alíquota de 9%.
- **Eventos Subsequentes**
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
 - Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
 - Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa a curto prazo e não para investimentos e outros fins.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2025
Disponibilidades	43
Aplicações Interfinanceiras	179
Total	222

(*) As Aplicações interfinanceiras são aplicações que apresentam características de alta liquidez e baixo risco de mudança de valor. Essas aplicações são compostas por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos – LFT.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão classificados na categoria. (Valor Justo Por meio de Outros Resultado Abrangentes), ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no Patrimônio Líquido.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31/12/2025
Títulos de Renda Fixa	5.820
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.820
Total	5.820

6. DEPÓSITOS – Contas de Pagamento Pré-Paga

O saldo de emissão de moeda eletrônica:

DEPÓSITOS	31/12/2025
Saldo de Livre Movimentação	160
Total	160

7. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

Os saldos são compostos de provisões de impostos a recolher, conforme relacionados:

OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS	31/12/2025
Provisão P/ Impostos e Contribuições S/ lucro	5
Impostos e Contribuições a Recolher	12
Diversos	49
Total	66

8. CONTINGÊNCIA

A administração não constituiu provisão considerando não possuir em curso processos em 31 de dezembro de 2025.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social:** O Capital Social é de R\$5.000 mil, representados por 20.000 ações ordinárias sem valor nominal.
- b) **Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio:** No primeiro semestre de 2025 houve distribuição de Juros do Capital Próprio no valor de R\$100 mil e, no segundo semestre de 2025 houve distribuição de Juros do Capital Próprio no valor de R\$ 88.000,00, não houve distribuição de dividendos.
- c) **Reserva Legal:** constituída nos termos da Lei nº 11.638/07 e do Estatuto Social, a alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do Capital Integralizado.

10. RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA

DIVERSAS	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	482
Total	482

11. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

DIVERSAS	31/12/2025
Rendas de Operações de Crédito	70
Rendas de Aplicações Interfinanceiras	10
Rendas de Prestação de Serviços	38
Outras Receitas Operacionais	257
Total	375

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DIVERSAS	31/12/2025
Despesas de Comunicação	139
Despesas de Honorários	202
Despesas de Processamentos de Dados	114
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	9
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	5
Outras Despesas Administrativas	76
Total	545

13. PARTES RELACIONADAS

Os membros da Diretoria são remunerados com valores compatíveis com a responsabilidade de cada um e coerente com a complexidade das atividades realizadas, sem comprometer a geração de resultados e sua destinação.

14. GERENCIAMENTO DE RISCO

Adotamos Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital integrada, com as diretrizes da matriz de gerenciamento de risco, do Conglomerado Prudencial CODEPE, que somos participantes, onde são contemplados os riscos quantitativos, com indicação de cenários e testes realizados.

A Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital e Divulgação de Informações, definiu os seguintes riscos:

- **Risco Operacional:** A gestão de Risco Operacional é definida como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequações de processos internos, sistemas, pessoas, ou eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma Instituição Financeira.
- **Risco de Legal:** inadequação ou deficiência em contratos firmados, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado Prudencial.
- **Risco de Mercado:** Define-se o Risco de Mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado prudencial, que inclui o risco da variação:
 - Das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e
 - Cambial e dos preços de mercadorias (**commodities**), para os instrumentos classificados na carteira de negociação.

A carteira de negociação da Instituição deve ser formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

- **Risco de Liquidez:** O Risco de Liquidez é definido pela possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantia, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e possibilidade da Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

- **Risco de Crédito:** Entende-se por risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes de deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposição caracterizadas como ativos problemáticos.

15. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em atendimento à Resolução 4.557/2017 do BACEN o Conglomerado prudencial adotou política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Conglomerado prudencial de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. A descrição da estrutura encontra-se disponível em nosso site.

16. OUVIDORIA

Nos termos da Resolução n.4.860 de 23/10/2020, do Conselho Monetário Nacional, como participante do conglomerado prudencial CODEPE, instituímos componente organizacional único de Ouvidoria. O Diretor Responsável pela ouvidoria, bem como o Ouvidor estão devidamente indicados ao sistema UNICAD daquele órgão.

17. RESULTADO NÃO RECORRENTE

No segundo semestre de 2025 não incorreu em qualquer “Resultado não recorrente” que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

18. Evento Subsequentes

Em observância ao disposto na NBCTG 24 (R2), a Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A analisou os eventos subsequentes ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e 16 de março de 2026, data de conclusão da elaboração das demonstrações financeiras, não havendo a ocorrência de qualquer fato que possa requerer ajustes nos saldos apresentados nas demonstrações financeiras relativas à data-base de 31 de dezembro de 2025.

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Administradores da
ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ÓTIMO Sociedade De Crédito Direto S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis da ÓTIMO Sociedade De Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02, às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações significativas de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

São Paulo, 23 de março de 2026.


SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC – 2SP 017.676/O-8

CNAI P.J- 000155


MARCELO MACHADO DE ANDRADE

CRC – 1SP 223.997/O-8